

INTRODUÇÃO

“Da dignidade do juiz depende a dignidade do Direito. O Direito valerá, em um país e em um momento determinado, o que valham os juizes como homens. E as sentenças valerão o que valham os homens que as ditam.” Eduardo Couture

Entre as variadas incumbências entregues àqueles que procuram trilhar a honrosa senda do trabalho, figura a tarefa de distribuir Justiça como uma das mais relevantes para a sociedade. É que não podem os homens alcançar a felicidade que almejam sem que se aplacem os tormentosos e cada vez mais complexos conflitos provenientes do convívio social, encargo que reclama a presença serena e equilibrada daqueles que elegeram a Justiça como missão e sacerdócio.

É para homenagear mais um desses vocacionados sacerdotes do Direito – desta feita o eminente Ministro **Romildo Bueno de Souza**, recentemente aposentado – que a Secretaria de Documentação entrega ao público mais um volume da Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ.

Nascido em Aguiá – São Paulo, ao abraçar a carreira da Justiça, o Ministro **Bueno de Souza** quebrou antiga tradição de sua família, habituada que era ao árduo e instável trabalho do campo, na região de Jaboticabal. Fê-lo, no entanto, não por determinação dos afetuosos pais – estes desejosos até de que os filhos enveredassem, de fato, por caminhos menos incertos –, mas por uma opção livre, consciente e motivadora.

Antes ainda de tornar-se Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, já sinalizava o Ministro sua inclinação pela filosofia, pela arte literária, pela cultura intelectual e moral, evidenciada no seu amor incontido pelos livros, nos quais sempre buscou satisfazer, no dizer do Ministro Vilas Boas, sua “insaciável fome de saber”.

No rol dos diversos e relevantes serviços prestados, após sólida e rica formação acadêmica, constam, entre outros, a destacada atuação como Advogado do Estado de São Paulo, como Defensor e Promotor Público; a profícua atividade como Juiz de carreira; o competente e bem-sucedido magistério – sonho sempre acalentado e plenamente concretizado na brilhante trajetória como Professor de Direito Processual da Universidade de Brasília –, além de seu notável desempenho como Juiz Eleitoral, especialmente enquanto à frente da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, no momento em que se realizava no país a primeira eleição direta para Presidente da República, depois de um longo período de cerceamento das liberdades democráticas.

Embora, em 1980, visse na nomeação para o cargo de Ministro do então Tribunal Federal de Recursos a culminância de sua carreira, continuou o Ministro **Bueno de Souza** a emprestar seus valiosos conhecimentos jurídicos ao novel Superior Tribunal de Justiça, colaborando com os primeiros estudos para sua implantação, determinada pela Constituição Federal de 1988, vindo ainda a presidir essa Egrégia Corte com reconhecida competência e denodado espírito empreendedor, no período de maio de 1995 a junho de 1997.

Homem de fé, fiel aos princípios da Justiça e ao mesmo tempo sensível aos anseios dos jurisdicionados, o Ministro **Bueno de Souza** foi, no período em que exerceu a judicatura, um paladino do Direito e da Democracia, tendo sua preocupação e suas ações em todo tempo voltadas para tornar a Justiça cada vez mais acessível ao cidadão.

Amparado sempre pela amorosa esposa, a cirurgiã-dentista Dr.^a Zoé Gonçalves de Souza, de quem foi primeiramente cliente, e pelo carinho dos filhos, Zoé Beatriz e Paulo Eduardo, esse "Cidadão Jaboticabalense" e também "Cidadão Ribeirão Pretano", de trato amável, concluiu de maneira vitoriosa, mercê de sua elevada cultura e inafastável consciência do dever, a árdua porém nobilitante trajetória do Direito, aposentando-se em 1999.

Ao asseverar, em sua posse como Ministro do Tribunal Federal de Recursos, que aceitava o desafio da vida como vocação – verdadeiro chamado, no sentido bíblico e etimológico da palavra –, mais uma vez tomava claro o Ministro **Bueno de Souza** que o Direito poderia encontrar nele, como de fato veio a encontrar, na expressão familiar do Evangelho, um "servo bom e fiel", que dignificou a Justiça e a Magistratura brasileira.

Editoração Cultural